

Islâmico. Segundo, por ser também aplicável a outros tempos, qual a razão para não se estender esse raciocínio aos castelos feudais? À Grécia antiga? A Roma? Aos regimes autocráticos da Ásia Central? À Rússia? Por fim, por ser um juízo que ou não tem consequências – a violência tem demasiadas cambiantes – ou implica a desvalorização e secundarização dessa arte, o que me parece um caminho perigoso e que suporta radicalizações estéreis.

O espectro da violência é um tema caro a Frankopan, que vê a Europa como o «continente mais agressivo, instável e menos voltado para a paz» (p. 298). A violência é, segundo o autor, a sua marca distintiva. Não se pode negar a história de violência da Europa. A questão é que está longe de estar sozinha, e idênticos juízos não são produzidos sobre os Rus', os Mongóis, o Império Islâmico ou o Império Soviético, por exemplo. Tenho muitas dúvidas que a Europa deva estar nesse pódio sozinha ou que se deva fazer esse pódio.

A quase ausência de referências à divisão fratricida do Islão, é um último aspeto que merece menção. É certo que Frankopan aborda as lutas internas do islamismo, mas de passagem e num capítulo onde mostra uma imagem de tolerância e de esplendor do Império Islâmico, na sua época dourada. Ora, a divisão entre xiitas e sunitas e a história de intolerância religiosa a ela associada atravessa os séculos e está hoje bem presente. Mas o autor não a equaciona, nem mesmo como um dos motivos para a instabilidade da região, a qual baseia e explica tão somente no imperialismo ocidental.

Em suma, Frankopan pretendeu cortar com uma perspetiva eurocentrista, mas o seu olhar é muitas vezes condicionado pelo peso de uma visão excessivamente negativa do Ocidente.

ANA SANTIAGO FARIA

anasantiagofaria@gmail.com

ORCID: 0000-0002-9257-118X

[https://doi.org/10.14195/2183-8925\\_37\\_18](https://doi.org/10.14195/2183-8925_37_18)

Gunther Pallaver, Michael Gehler, Maurizio Cau, (eds.) (2018). *Populism, populists, and the crisis of political parties. A comparison of Italy, Austria, and Germany 1990-2015*. Bologna and Berlin, Società editrice il Mulino, Duncker & Humboldt, 2018, 338 p. ISBN 978-88-15-27571-4 | 978-3-428-15418-0

Partindo de estudos de caso em Itália, Áustria e Alemanha, esta publicação junta-se à extensa reflexão académica que nos últimos anos, por impulso da realidade política, se tem feito em torno do populismo e da alegada crise da(s) democracia(s) europeia(s). Como obra coletiva, traz alguma repetição de abordagens na conceptualização do populismo e determinação das

suas causas no primeiro capítulo, mas os outros dois oferecem estudos diversos sobre partidos e líderes populistas, do período entre 1990-2015, e a sua influência em *partidos europeus*. De uma análise comparativa aos casos apresentados, regista-se a existência de uma correlação entre fatores estruturais históricos e conjunturais concorrentes para a emergência dos recentes populismos.

A análise sobre a época mais recente, detonada com a crise económica e financeira de 2008, classificada como a terceira vaga de populismos na Europa do pós-guerra (p. 11-12), oferece elementos novos e pertinentes para a caracterização do populismo, que considero assumir uma nova dimensão relativamente às anteriores vagas. A publicação sairia enriquecida com uma abordagem agregadora e sistematizadora das tendências dos partidos em análise, o que seria pertinente para uma revisão teórica do populismo. Esta recensão tentará dar um contributo nesse sentido.

Entre várias conceptualizações existentes e diversidades ideológicas e partidárias, identificam-se denominadores comuns de populismo: a identificação do povo como elemento de soberania por excelência e, portanto, a refutação de esquemas institucionais de intermediação política e das elites governantes; daqui decorre uma rejeição da autoridade do estado, do poder político nacional e, também agora (afirmo), supranacional – característica mais recente. Berlusconi, para quem as elites governantes não deviam provir da política, mas emergir de qualidades já demonstradas noutros campos, como no desempenho empresarial – argumento legitimador da sua própria ascendência, é exemplo paradigmático (p. 169-171). A política torna-se assim no bode expiatório – aliás, a identificação de bodes expiatórios é um elemento típico da retórica populista. O impulso contra a autoridade do Estado desemboca no apelo a uma democracia direta, em que se observa uma mitificação do povo como comunidade homogénea, de uma só vontade, que o líder populista sabe interpretar e do qual é o representante.

Baseado nestas três características - 1) dicotomia entre povo e elites; 2) democracia igual a poder popular; 3) conceptualização de povo como corpo homogéneo (p. 63-80), Koen Abts e Rudi Laermans consideram mesmo o populismo como uma ideologia «fina», i.e., mínima. Ora, o constitucionalismo, apanágio das democracias contemporâneas, contraria estas premissas, enquadrando a soberania popular num sistema de mediação de poderes, desenhado para garantir o equilíbrio entre eles (p. 88). Em contraste, a soberania popular do populismo não tem limites.

Fazendo-se uma distinção entre três tipos de populismo – o de direita, o neoliberal e o social ou de esquerda (p. 63), parece-me que esta terceira vaga, cujas reivindicações são uma amálgama ideológica, aliando tradicionais demandas de esquerda e de direita a uma rápida evolução de posições, traz

a particular dificuldade de inserir os partidos nas tradicionais clivagens partidárias. Vejam-se os exemplos do finlandês «The Finns», do austríaco FPO (Freiheitliche Partei Österreichs – Partido da Liberdade da Áustria) do húngaro Fidesz (União Cívica Húngara) de Viktor Orbán, fundado em 1980 como partido liberal, tornando-se conservador e nacionalista nos últimos anos, ou do holandês PVV (Partij voor de Vrijheid – Partido para a Liberdade), que, só no âmbito sociocultural tem duas polarizações ideológicas, uma liberal (liberdade sexual, igualdade de género, eutanásia, seleção de embriões) e outra conservadora (não à imigração e preservação da identidade cultural), entre outros exemplos (p. 49-52).

A classificação de «partidos nacionais-liberais», como o norueguês FrP (Fremskrittspartiet – Partido do Progresso) e particularmente o PVV (p. 53-55), suscita um revisionismo do discurso político de etnicismo cultural, agora não definido por uma etnicidade biológica nacional, mas transnacional europeia, em defesa das matrizes judaico-cristãs ocidentais. Recupera-se assim a dicotomia milenar Europa-Ásia/Ocidente-Oriente/democracia-autocracia do pensamento filosófico e político da Europa, que perdura desde a antiguidade grega, agora reanimada pelos problemas sociais e securitários europeus desde 2015, com os fluxos migratórios e os ataques terroristas. É neste contexto que o conservadorismo emerge em partidos liberais em matéria sociocultural, o que, embora não haja análise nesse sentido na obra, aponto como consequência da integração europeia – a livre circulação na União Europeia (UE).

Notável é o facto de isto despertar uma comparação paradoxal na história da ideia de unidade europeia: se a necessidade de preservação da cristandade e da tradição greco-romana foi outrora motivo de apelos a uma unidade política europeia (desde o século XIII com a reivindicação de soberania estatal relativamente ao Império), agora a unidade política conseguida com a integração europeia é o motivo da ameaça a essa mesma identidade. Disto é expressão o discurso de Geert Wilders, líder do PVV, considerado como «um precursor do populismo do século XXI» quando comparado com o populismo nacionalista dos anos 70 e 80. Assim, o populismo de direita não pode já ser encarado como um mero «disfarce de velhos extremismos de direita sobreviventes à Segunda Guerra Mundial» (p. 47), embora aí se possa identificar uma raiz sociopolítica em alguns casos, como no do FPO. Evidencia-se antes como um acumular de insatisfações com as disfunções dos sistemas democráticos nacionais, da integração europeia e globalização. Jorg Haider, o líder do FPO, só após ter assumido uma vertente liberal, para disfarçar as raízes nazistas, e com um discurso anti-imigração, que responde ao contexto dos finais de 90, é que fez subir consideravelmente o partido nas urnas. Os eleitores não respondem aos anteriores dogmas fascistas, mas a uma renovação

de discurso, que embora possam mascarar os resquícios dessa ideologia, se pretende oferecer soluções para a complexidade dos problemas sociais.

Já a comparação da Forza Itália (FI) de Berlusconi com a Liga Norte (LN), no mesmo país, é demonstrativa do paradigma entre um velho e novo populismo na Europa: se as fragilidades do sistema político nacional vigente foram um propulsor do populismo, os efeitos da europeização da política nacional parece-me atualmente um fator mais forte. Enquanto o sucesso da FI emerge de um contexto nacional particular (da crise político-partidária dos anos 90 em Itália, auxiliado pela notoriedade de Berlusconi, enquanto empresário e antigo presidente do AC Milan, pelas alianças feitas à direita e pelos média) (p. 157-76), a etno-regionalista LN, criada em 1991, torna-se um partido pivô importante em coligações governamentais não só com a decadência da FI e da democracia-cristã, mas quando enceta uma estratégia nacional a partir de 2011, com Matteo Salvini, que capitalizará eleitoralmente a crítica à governação económica e monetária da UE (p. 139-53). A política europeia torna-se um elemento agregador do estado italiano, levando o partido a suplantarem a sua raiz regionalista (p. 148). Por oposição aos anos 90 e inícios de 2000 – em que a integração monetária da UE era o *Cavalo de Tróia* da estratégia secessionista e federalista contra o estado italiano «despesista» e «centralista», 2008 marca o início do discurso eurocético da LN, a contestar a perda de soberania monetária nacional, fazendo disparar a sua representatividade eleitoral.

Para a AfD (Alternative für Deutschland – Alternativa para a Alemanha), a gestão das dívidas soberanas foi também um momento alto de populismo, em posição contraposta ao congénere italiano. Sob visão neoliberal, não contestando as regras de uma União Económica e Monetária (UEM) concebida à medida alemã, propunha expulsar os incumpridores, como a Grécia, visão assente numa conceção do virtuosismo dos povos do Norte *versus* os do Sul da Europa. Apesar da origem da dicotomia estar nas clivagens económicas expostas pela estrutura da UEM na conjuntura da crise, acaba por desembocar num discurso político etno-cultural. A crise de refugiados e os ataques terroristas vieram catapultar ainda mais os resultados eleitorais estatais da AfD (p. 202-208).

Apesar da perspetiva não ter uma análise direcionada na obra, concluo, pelos casos apresentados, que a europeização do espaço político doméstico alavancou o crescimento e aparecimento de partidos populistas, traduzindo-se em alguma inovação generalizada das demandas desde o pós-Segunda Guerra Mundial (IIGM), como a refuta de poderes supranacionais e renovação de conceptualizações etno-culturais. O discurso islamofóbico, anti-imigração, remete-nos para um nacionalismo europeu – não para um conflito entre nações, mas entre civilizações. É a evidência política do «choque de civilizações», reproduzida por outros partidos além do PVV, como o

FPO, o Fidesz e a Frente Nacional de Marie Le Pen, com a sua estratégia de «desfascização» do partido.

E quais as causas do populismo, questão a que a obra tenta responder? (p. 303). A UE, com a sua incapacidade de solução para as crises europeias, é posta em xeque no discurso populista e aí encontra-se uma delas. Pese embora as disfunções político-institucionais da UE, considero que essa incapacidade e esta última vaga populista são o culminar de uma latente inércia programática dos partidos do sistema de responder a mudanças macroestruturais socioeconómicas e políticas iniciadas desde os finais dos anos 70. O excecional crescimento económico das primeiras três décadas do pós-guerra na Europa permitiu um certo consenso partidário para construir o Estado-providência, motivado pelos contrabalços da Guerra Fria. Mas a partir de finais de 70, com o abrandamento do crescimento económico e as múltiplas crises petrolíferas, o aprofundamento da liberalização económica e financeira a nível internacional é a resposta política encontrada, ao abrigo de um consenso partidário. Por outro lado, a terciarização e desproletarização» da sociedade vêm diversificar as demandas eleitorais, às quais respondem os *catch-all parties*, os mesmos que existem desde a IIGM, nos quais se tem verificado um decréscimo de polarização ideológica (p. 10). O papel da concertação social, dos sindicatos e das confederações patronais na negociação política é cada vez mais ocupado por corporações económicas e financeiras mundiais com poder de persuasão dos processos políticos. O resultado é um paulatino dismantelamento das estruturas do Estado-social e uma crescente despolitização do espaço doméstico.

Os partidos que no final da IIGM se identificam com o Estado-providência e uma visão reguladora de mercado, mostram-se incapazes, face à crescente tendência de internacionalização económica, de uma revisão programática que respondesse aos desafios da liberalização e da globalização. A *terceira via* de Tony Blair é um exemplo paradigmático – apresenta-se como um revisionismo do trabalhismo, mas evidenciou mais uma acomodação aos preceitos da privatização. A integração monetária na UE é um exemplo da tendência neoliberal, com um consenso em torno do monetarismo, com as regras próprias da zona euro a acentuar a despolitização da política económica nacional. Daqui resulta um sentimento de não representação dos eleitores, o que permite entender melhor a ideia geral de que os populistas respondem aos perdedores da globalização (p. 303). A terceira vaga de populismo parece assim responder a esta macroestrutura histórica.

E podem os populismos ser um perigo ou um corretivo para a democracia, como se pergunta no livro? São apresentados na obra casos de partidos que são acomodados nos respetivos sistemas democráticos existentes, que chegam a coligações parlamentares e governamentais, com potenciais consequências negativas na preservação dos valores que inspiraram o liberalismo político.

Mas, se alguns casos são inevitáveis pelas idiossincrasias da democracia, como o governo eleito do Fidesz, na Hungria, já o facto de o PEE (Partido Popular Europeu) continuar a tolerar este partido no seu grupo por meras razões estratégicas eleitorais (p. 250-251) é um presságio de acomodação e cumplicidade do sistema para com o populismo.

Tendo, porém, a crer que os populismos também podem ser um corretivo da democracia, no sentido em que pode despertar uma reestruturação organizativa e ideológica nos partidos de sistema, com reflexo institucional. Veja-se como nos últimos anos a Comissão Europeia iniciou uma série de iniciativas (ainda que sobretudo de cariz proclamatório) para aprofundar (ou criar de facto) uma dimensão social e reguladora da UE. O rumo que as políticas nacionais e europeias tomarem aclarará uma resposta à questão.

Esta obra pode ser uma base para um estudo comparativo e continuado sobre os efeitos do populismo. Carece de uma visão sistematizadora das tendências gerais e confluências entre os partidos em análise, que contribua para uma revisão teórica do populismo, o que se tentou fazer nesta recensão. Para um conhecimento mais aprofundado e diversificado do fenómeno, deve juntar-se à leitura de outras obras, nomeadamente que ofereçam o estudo sobre partidos populistas com uma índole de esquerda no contexto de alguns países da UE, com realidades domésticas diferentes de Itália, Áustria e Alemanha.

*DINA SEBASTIÃO*

*dinasebastiao@gmail.com*

*FLUC-UC*

*CEIS20-UC*

*ORCID: 0000-0001-8988-5893*

*[https://doi.org/10.14195/2183-8925\\_37\\_19](https://doi.org/10.14195/2183-8925_37_19)*